

Vamos renegociar juros e prazo da dívida. Camilo Pena não duvida disso.

O governo vai renegociar os prazos e os juros da dívida externa brevemente. "Não tenho mais nenhuma dúvida sobre isso", pois esta atitude é da "lógica dos acontecimentos". A afirmação foi feita ontem em Brasília pelo ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Pena, ao mesmo tempo em que empresários manifestavam temores de que a política econômica permaneça inalterada, com uma nova maxidesvalorização e tudo.

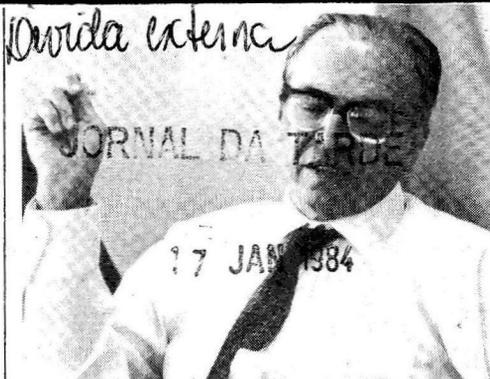
O ministro e os empresários estiveram juntos para a posse do novo secretário-executivo da Befiex (Comissão para a Concessão de Incentivos Fiscais a Projetos Especiais de Exportação), Lincoln Lemos de Matos. A nova política do órgão, antecipou Camilo Pena, será de ampliar o apoio a pequenas e médias empresas, para que estas participem mais ativamente das vendas externas. "Não podemos nos acomodar em exportar produtos primários."

Camilo Pena espera que uma próxima renegociação da dívida dê folga para a economia voltar a crescer, ainda que modestamente. Pouca gente acredita, contudo, que apenas a "lógica dos acontecimentos" seja suficiente para indicar uma mudança da política econômica. Há pelo menos três anos que se criou, entre empresários e economistas, um certo consenso contrário à política do ministro Delfim Neto, sem que nada aconteça.

Importações

O secretário-executivo do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), Getúlio Lamartine, ao qual a Befiex é subordinada, disse que a maior redução das importações para gerar superávit comercial de US\$ 9 bilhões em 1984 poderá desarticular completamente as atividades econômicas internas, devido à alta dependência de importações do parque industrial brasileiro.

Getúlio Lamartine pregou a necessidade



Pena seguindo a "lógica dos acontecimentos".

de se dar maior folga às importações, mediante compromissos de crescente aumento das exportações. Ele acha que existe espaço para este aumento, lembrando que, em 1930, o Brasil participava com 2,2% do comércio mundial, enquanto em 1983, 53 anos depois, esta participação caiu para apenas 1,1%. Ele considera perfeitamente viável o País exportar 15% do PIB nos próximos anos, levando-se em consideração que seu parque industrial possui uma capacidade de transformação estimada em US\$ 80 bilhões.

Temores

Os empresários presentes à posse revelaram-se preocupados com a possibilidade de uma nova maxidesvalorização do cruzeiro e disseram que as declarações do ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, de que somente ele e o ministro Delfim Neto terão condições de falar sobre o assunto, são o óbvio, já que só eles têm poderes para adotar tal medida.

O presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipecas), Pedro Armando Eberhardt, disse que será inevitável a aceleração das desvalorizações cambiais para aumentar a competitividade dos exportadores. Antes, disse, existia mercado para os produ-

tos sem a necessária exigência da competitividade. Mas a crise do comércio internacional exige competitividade acima de tudo. Eberhardt alertou, porém, que a inflação não será contida se decretada uma nova máxi ou uma aceleração maior das minidesvalorizações.

Ele apoiou integralmente a nova estratégia da Befiex e adiantou que o Sindipecas já está realizando um trabalho de informação a ser distribuído a todas as 548 empresas filiadas, das quais atualmente só 20 mantêm programas com a comissão. Em 1983, disse, o setor exportou 700 milhões e em 1984 deverá exportar US\$ 850 milhões.

"Crescimento é urgente"

No Rio, o chefe do Departamento Econômico da Associação Comercial, Sidney Latini, defendeu "a retomada urgente do desenvolvimento" como forma de o país livrar-se do problema do endividamento externo. Latini alertou para o acesso cada vez mais difícil dos produtos brasileiros aos mercados mais desenvolvidos, condenando o que chamou de "protecionismo geriátrico".

Lembrou que o Brasil paga juros altos porque o orçamento público norte-americano apresenta um déficit de US\$ 200 bilhões, "que empurra as taxas para cima, sem que possamos influir sobre elas".

Para o economista, a tarefa de renegociação da dívida "não pertence mais aos economistas, mas aos negociadores, diplomatas e políticos. Estou convencido de que a dívida externa do Terceiro Mundo só será resolvida politicamente".

O empresário Clive Freire, dos Estaleiros Verolme, defendeu um alongamento dos prazos para pagamento da dívida externa, sugerindo que o governo negocie, tendo em vista o tamanho da dívida e a consequente repercussão internacional de uma quebra, além da posição do país no contexto da América do Sul.